

NORDESTE

que PB

Gadelha quer criar paraíso fiscal

por Ascônio Selem de Brasília

Transformar o Nordeste num grande paraíso fiscal durante quinze anos, fazendo com que todos os produtos entrem na região com incentivos semelhantes aos de exportação. Retirar o IPI dos bens produzidos no Nordeste e isentar as empresas da região da contribuição previdenciária. Esta é a ambiciosa proposta do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), que entra na pauta de votação das disposições transitórias nos próximos dias.

A emenda número 1.401, assinada individualmente pelo senador paraibano, será apreciada tão logo a Constituinte esgote a votação dos artigos substituídos ao texto-base do "Centrão". Mesmo que ainda reste mais de uma semana para que a matéria alcance o topo da lista de votação, o assunto já está sendo discutido na Assembléia Constituinte.

O senador Gadelha, na qualidade de líder do PFL no Senado, disse que não teve como tratar qualquer assunto nas últimas duas semanas, envolvendo que estava com a aprovação dos cinco anos para Sarney. A partir desta segunda-feira, o líder volta ao debate dos temas específicos da nova Constituição. Enquanto isto, senadores e deputados começam a tomar partido em relação à sua emenda.

O deputado José Serra (PMDB-SP) considera a proposta do senador uma "megalomania". Para ele, o senador Marcondes Gadelha "pretende transfor-

Anistia é a próxima polêmica

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

As lideranças partidárias retomam nesta segunda-feira as negociações dos sessenta artigos restantes das disposições transitórias do projeto constitucional.

Nas reuniões que já realizaram, foram analisados os primeiros catorze artigos e, desses, já se sabe onde há possibilidades de acordo e quais as propostas que serão discutidas no voto. A principal delas é a anistia a ser concedida a servidores civis e militares que tiveram seus direitos cassados a partir de 1946. A divergência básica entre os negociadores é que o projeto da Sistematização permite ao Poder Judiciário apreciar todos os atos de exceção praticados a partir de 1º de abril de 1964, enquanto o do "Centrão" é omissivo a esse respeito.

Também não há acordo sobre o prazo em que deve ser elaborada a legislação complementar prevista

na futura Constituição e as leis que a ela deverão adaptar-se. O texto da Sistematização propõe que esse trabalho seja concluído até o final da atual legislatura e o texto do "Centrão" não marca prazo.

Alguns pontos, porém, já estão acertados. É o caso das eleições para governador e deputados do Distrito Federal. Os negociadores optaram pelo texto da Sistematização, que dá um mandato "tampão" nessas eleições, que se realizarão no dia 15 de novembro deste ano, estando a posse marcada para 1º de janeiro de 1989. Por essa fórmula, a vigência desse mandato será de um ano e três meses, quando serão realizadas novas eleições para governadores em todo o País.

Caberá às Assembléias Legislativas elaborar as constituições estaduais no prazo de um ano, contado da promulgação da futura Constituição.

O prazo escolhido foi o proposto pelo "Centrão", já que o

da Sistematização — seis meses — foi considerado muito curto.

O novo sistema tributário implantado pelo texto constitucional entrará em vigor em 1º de janeiro de 1989. Foi mantida a estatização das serventias judiciais.

Os negociadores decidiram também que caberá ao Executivo, dentro de 120 dias, a partir da promulgação da Carta, enviar ao Congresso Nacional projeto de lei dispendioso sobre a estrutura e funcionamento da recém-criada Advocacia da União. Foi suprimida a parte do texto do "Centrão" considerada "trem da alegria", que permitia a absorção dos demais ocupantes dos cargos de procuradores do Ministério Público. Procuradoria da União, da Fazenda e consultoria jurídica dos ministérios, concursados ou não.

Os negociadores também preferiram retirar das disposições transitórias a irredutibilidade do número atual de deputados estaduais.

investimentos na Amazônia peruana", informou o senador, lembrando não ter notícias de fábricas funcionando na região.

Nem mesmo o deputado Fernando Santana (PCB-BA) aprova o projeto, que beneficiaria inclusive o seu estado. "O Nordeste precisa ser integrado ao Brasil e não retirado de forma tão paternalista", diz o deputado. Ele acha mais apropriada a emenda de Chiarelli que pretende revisar todos os incentivos fiscais concedidos pela União via Congresso Nacional.

A proposta de Carlos Chiarelli determina que o Congresso, num prazo de um ano, faça uma completa revisão dos incentivos, dando posteriormente parecer favorável à manutenção de cada um destes benefícios ou impondo a sua eliminação. "Se neste prazo de um ano o Congresso não se manifestar sobre um determinado incentivo, ele cai por decurso de prazo", explica o senador Chiarelli.

Mas nem tudo é crítica. O deputado Paulo Mincaroni (PMDB-RS), um especialista em tributação na Câmara, considera a proposta de Gadelha "uma emenda de valor". Para Mincaroni, "o Nordeste tem que ser atendido por legislação específica que amenize as intempéries que enfrenta". A posição de Mincaroni é o elemento que mais preocupa os constituintes contrários à emenda Gadelha. "Pode até ser aprovada com base em disposições específicas dos constituintes", teme o senador Chiarelli.

mar o Nordeste em um outro país". O secretário de Planejamento do Governo Montoro salienta que jamais viu "absurdo maior" em toda a sua vida. "É uma brincadeira", resumiu o deputado.

CRÍTICAS DE CHIARELLI

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) entende a emenda de Gadelha como "uma proposta demagógica e irrealista". Chiarelli, salientando que ataca a emenda sem entrar no mérito da disputa entre ele e

Gadelha em torno da liderança do PFL, diz que a emenda traz "benefícios aparentes para a região, porque beneficia apenas grupos elitistas". O senador gaúcho acha que a proposta vem representar um "privilegio inaceitável".

Para Chiarelli, qualquer benefício específico para regiões gera um desequilíbrio de competitividade inadmissível na economia de mercado. Ele exemplifica com o pólo petrolquímico da Bahia, substituído com a isenção de 50%

do Imposto de Renda. "Os benefícios dados ao pólo baiano praticamente inviabilizam o pólo do Rio Grande do Sul", justifica o senador.

"Não há nada mais permanente que o transitório neste país", ressalta o senador Chiarelli. "O prazo de quinze anos de benefícios propostos por Gadelha, se aprovada a sua emenda, acabará virando uma instituição permanente", acrescenta o senador. "Trata-se da velha mania brasileira em sempre que-

rer ser mais esperto que o outro", ressalta.

REVER TODOS OS INCENTIVOS

Irônico, e buscando sintetizar o raciocínio de Chiarelli, o senador Jarbas Passarinho diz que "Gadelha foi muito modesto, pois deveria estender estes benefícios até o Norte, para também atender a minha terra". Passarinho explica, entretanto, que a experiência já foi feita no Peru, sem resultados. "No Peru, foi instituída a 'lei da selva', que isentava todos os

2º TURNO

IBS tenta manter oito horas

por Sérgio Gorschagen de Brasília

A jornada de trabalho de seis horas corridas para turnos ininterruptos vai ser reanalisada no segundo turno da Assembléia Nacional Constituinte, após os exames das Disposições Transitórias. Há quinze dias pelo menos que o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) vem trabalhando de forma firme e discreta, junto aos constituintes, para derrubar essa medida e manter o atual sistema de três turnos de oito horas. Os empresários do setor siderúrgico acreditam que o assunto será reexaminado na primeira quinzena de julho.

O IBS congrega todas as empresas, estatais e privadas, produtoras de aço do

País e tem ainda como filiais dois pesos-pesados da economia nacional: a Siderúrgica Brasileira S.A. (Siderbrás) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Nesta semana, os representantes do IBS distribuíram entre os parlamentares um "folder" com um título bem sugestivo: "As seis horas que abalarão o Brasil", nitidamente baseado no livro do escritor americano John Reed, "Os dez dias que abalarão o mundo", sobre a revolução soviética. Além de demonstrar aos parlamentares que a jornada de seis horas obrigará à criação de uma quinta turma de trabalho, resultando em uma semana de 33 horas e 36 minutos, o folheto afirma que as empresas poderão compensar essa carga horária durante

o ano, diminuindo em dezesseis dias as folgas dos operários, excetuando as férias. O IBS explica no seu "folder" que o sistema vigente de oito horas garante 84 dias de folga ao trabalhador por ano e a jornada de seis horas, apenas 67 dias.

25 MIL NOVOS FUNCIONÁRIOS

O "lobby", que tem o apoio do grupo parlamentar siderúrgico, atualmente presidido pelo mineiro Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), informa ainda que a jornada corrida e o novo turno obrigarão as 39 usinas do País a contratar 25 mil novos trabalhadores, onerando as folhas de pagamento em 12%, "com conseqüências no preço final do aço, que terá

de ser repassado aos consumidores", segundo um dos representantes do IBS.

Eles explicam ainda aos parlamentares que empresas como a Petrobrás terão de investir em hotéis flutuantes junto às suas plataformas petrolíferas "offshore" e que os próprios navios mercantes nacionais terão de ser adaptados, construindo-se mais camarotes para a tripulação.

Lembram também que a França experimentou o turno corrido de cinco horas e retornou ao sistema de oito horas. Isso porque o aumento de mais um turno, explicam, não significa de modo algum um correspondente aumento da produção de aço, o que provoca queda na produtividade e elevação de custos dos produtos.

por José Casado de Brasília (Continuação da 1ª página)

empresas privadas e governo, será afetado", observa Oliveira Santos. Na redação atual, esse artigo define como garantido o direito de greve conforme a "oportunidade e o interesse do trabalhador". A proposta dos empresários — conta Oliveira Santos — será de supressão dessas palavras-chave. "Assim, teríamos apenas a garantia do direito e ponto. O interesse e a oportunidade ficariam para definição em lei ordinária", explica.

Outro alvo será o artigo sobre o salário mínimo dos trabalhadores, também de interesse comum. O texto já aprovado diz que esse salário será "nacionalmente unificado, capaz de satisfazer as suas necessidades básicas e as de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos de modo a preservar-lhes o poder aquisitivo e vedada sua vinculação para qualquer fim".

Conforme apurou o repórter Carlo Iberê de Freitas, a proposta dos empresários será para supressão das expressões "nacionalmente unificado", "reajustes periódicos" e todo o trecho que impõe a condição

de "atender a suas necessidades básicas e às da família, como moradia, alimentação", etc.

Essa ação política conjunta com o governo deverá, também, estender-se à fixação da jornada de seis horas de trabalho em empresas com mais de dois turnos, o que afeta especialmente as siderúrgicas, ao tabelamento dos juros reais em 12% ao ano, o que desmonta a política monetária oficial, e à tributação com o ICM do ouro extraído em garimpos, o que limita a ação do Banco Central no mercado financeiro.

De forma isolada, e com posições contraditórias, os empresários deverão agir em caso como o do artigo que estabelece o perdão da dívida contratada até 31 de dezembro do ano passado por micro, pequenas e médias empresas. Não há consenso entre eles.

"Não se pode esperar maioria plena no empresariado", argumenta Oliveira Santos. "O aprimoramento da Constituição que se está fazendo vai depender muito do enfoque de cada setor. Agora, onde for possível assessorar os nossos representantes na Constituinte, instrumentalizá-los para uma ação inteligente, nós vamos fazer. Mas a responsabilidade é deles. Eles é que vão assumir", concluiu.

AGENDA

Ausência de Ulysses pode atrasar votação

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O reinício das votações na Assembléia Nacional Constituinte está formalmente marcado para esta segunda-feira. Porém, na prática, é provável que ele se dê apenas na quinta-feira, por dois motivos. Até esse dia o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, estará ocupando interinamente a Presidência da República, devido à ausência do presidente José Sarney, que viaja para os Estados Unidos. Além do respeito natural

que impõe aos constituintes, Ulysses tem sido o único capaz de acelerar o ritmo das votações.

Sem a presença de seu presidente, as lideranças deverão valer-se desses dias para continuar o processo de negociações dos artigos das Disposições Transitórias, interrompido na última quarta-feira.

Na sexta-feira, o quorum baixo impediu a realização de votações e a sessão foi suspensa por Ulysses após tomar conhecimento do falecimento do senador Virgílio Távora (PDS/CE).

ANISTIA

Governo quer aprovar a proposta do "Centrão"

O governo está utilizando a mesma base de sustentação política na Constituinte, que garantiu o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, para assegurar a manutenção do texto do substitutivo do "Centrão" sobre a anistia aos militares, que deve entrar em votação nos próximos dias.

Na sexta-feira, em reunião no Palácio do Planalto com onze ministros e mais as lideranças partidárias, o presidente Sarney determi-

nou que todos mobilizassem suas bancadas para rejeitar as emendas ao texto da anistia que estabelecem o pagamento dos soldados atrasados e reintegração às Forças Armadas dos militares cassados.

Conforme o texto do "Centrão", fica concedida anistia a todos os militares punidos por motivação exclusivamente política no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da nova Carta.

Sarney reafirma sua participação

por Elaine Lerner de Brasília

O presidente José Sarney continuará influenciando diretamente na elaboração das leis complementares da nova Constituição, para que o País não se torne ingovernável. Em seu programa "Conversa ao pé do rádio", transmitido em cadeia de rádio todas as sextas-feiras, o presidente, além de falar sobre a vitória dos cinco anos, afirmou que a transição "se complementará com a promulgação das duas centenas de leis necessárias ao seu acabamento. Para obtê-las, naturalmente que eu vou ter também de participar, no momento devido, de uma prerrogativa constitucional da iniciativa das leis complementares e ordinárias que tornarão a Constituição exequível, pelo caminho normal das decisões legislativas".

O presidente repetiu seu pronunciamento feito quinta-feira, logo após o resultado da votação de seu mandato, ao dizer que recebe, acata e respeita a decisão da Assembléia Nacional Constituinte "com o mesmo senso do dever com que assumi a Presidência da República e tenho exercido o meu cargo". E, mais uma vez, enfatizou que tem duas tarefas gigantescas a concluir: a transição democrática e a organização da economia nacional, reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional, manter o crescimento, evitar a recessão, combater a inflação.

No campo político, especificou que terá de realizar eleições presidenciais no

próximo ano, "num clima de paz, de democracia restaurada, e entregar ao meu sucessor um país sem os dramáticos momentos que nós todos vivemos". Segundo o presidente, é preciso construir uma democracia capaz de resistir a crises e permanecer a salvo de golpes e de intervenções extremistas".

Sarney defende a necessidade de um ordenamento jurídico do Brasil "moderno, aberto e pluralista, firmado nas suas virtudes tradicionais, dedicado a prover oportunidades, para que todos possam progredir, cada qual segundo o seu mérito e na medida de seu esforço pessoal". Essa ação, segundo o presidente, se completa com "a liberalização da economia, como o governo vem fazendo, sem preconceitos, com a presença de todos, sem reservas de qualquer natureza". Finalizando, o presidente falou na necessidade de "deixar de lado as questões pequenas, o partidário cego e exacerbado, e vamos nos dedicar a suprir deficiências e corrigir desigualdades que separam brasileiros e não honram a nossa pátria".

O programa

Eis a íntegra do programa:

"Brasileiras e brasileiros, bom dia.

Aqui vou falar o presidente José Sarney, em mais uma conversa ao pé do rádio, nesta sexta-feira, dia 3 de junho de 1988. Como todos tomaram conhecimento, a Assembléia Nacional Constituinte, ontem a

tarde, resolveu a questão do mandato, que durante tanto tempo se arrastava. E decidiu que o mandato do presidente da República será de cinco anos. Portanto, governarei até 15 de março de 1990.

Recebo, acato e respeito essa decisão da Assembléia Nacional Constituinte com o mesmo senso do dever com que assumi a Presidência da República e tenho exercido o meu cargo.

Neste instante, tenho duas tarefas gigantescas a concluir: primeiro, a tarefa política tão importante para o Brasil de institucionalizar o País — estruturar a nossa Pátria com vistas aos dias que correm e aos dias que virão. A Constituição, por melhor e mais bem feita que possa ser, não é um fim em si mesmo, em nenhum lugar. Não é um instrumento pronto e completo, apto a resolver ou ao menos equacionar os problemas nacionais. A transição se completará, nesse setor, com a promulgação das duas centenas de leis necessárias ao seu acabamento. Para obtê-las, naturalmente, que eu vou ter também de participar, no momento devido, uma prerrogativa constitucional da iniciativa das leis complementares e ordinárias que tornarão a Constituição exequível, pelo caminho normal das decisões legislativas.

Terei também de realizar eleições presidenciais no próximo ano, num clima de paz, de democracia restaurada e entregar ao meu sucessor um país sem os dramáticos momentos que nós todos vivemos. Outra tarefa gigantesca é a de organizar a economia, reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional, manter o crescimento, evitar a recessão, combater a inflação.

Precisamos construir uma democracia capaz de resistir a crises e permanecer a salvo de golpes e de intervenções extremistas.

Devemos fazer o ordenamento jurídico do Brasil moderno, aberto e pluralista, firmado nas suas virtudes tradicionais.